

HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL E RESTRIÇÃO EXTERNA: O LUGAR DAS IDEIAS NA FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NO PLANEJAMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE

Claudio Roberto Amitrano¹

1 INTRODUÇÃO

Desde o *Estudo Econômico da América Latina* (Cepal, 1949), entre os vários traços distintivos do subdesenvolvimento, dois têm chamado a atenção dos estudiosos desse fenômeno na região: *i*) a difusão assimétrica do progresso técnico entre países do centro e os da periferia da economia mundial; *ii*) a diferença nos padrões de consumo entre as nações de cada um desses grupos. Combinadas, essas características estiveram no cerne das explicações para a heterogeneidade da estrutura produtiva (diferenciais de produtividade inter e intrasetoriais), para a desigualdade de renda e para a restrição no balanço de pagamentos que, no longo prazo, são responsáveis pelo atraso produtivo e pelo baixo crescimento econômico. A importância desses elementos de análise foi sistematicamente confirmada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ao longo de seus sessenta anos (Rodríguez, 2009; Bielschowsky, 2000; 2010; Cepal, 2010; 2012; 2014), e eles têm sido fonte de inspiração para a formulação e a implementação de políticas públicas na América Latina e no Brasil.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo central consiste em investigar o desenho, a coerência e a complementaridade institucional das chamadas políticas de desenvolvimento produtivo e de comércio exterior no Brasil no período 2003-2014. Quatro questões norteiam essa proposta.

- 1) Em que medida as políticas de desenvolvimento produtivo foram desenhadas para a redução da heterogeneidade estrutural e da restrição externa no período?
- 2) Se e de que forma as iniciativas governamentais estiveram articuladas entre si?
- 3) De que maneira as unidades do Estado brasileiro se estruturaram para implementá-las?
- 4) Quais os atores sociais e qual seu papel na formulação e na implementação dessas políticas?

Neste artigo, procuramos compreender se e de que maneira a heterogeneidade estrutural e a restrição externa aparecem no discurso governamental como orientadoras das políticas de desenvolvimento produtivo e de comércio internacional dos Planos Plurianuais (PPAs) entre 2003 e 2015.

A hipótese preliminar deste trabalho é que o arcabouço normativo das políticas de desenvolvimento produtivo no Brasil no período recente foi parcialmente orientado para minimizar a heterogeneidade estrutural e a restrição externa. Ademais, supõe-se que os vínculos com essas duas questões foram se perdendo paulatinamente ao longo do tempo, e que a articulação entre as políticas foi baixa e contou com poucos instrumentos de coordenação.

Do ponto de vista metodológico, pretende-se lançar mão de análise qualitativa que se baseia na identificação da intencionalidade da política pública, representada pela manifestação explícita ou indireta da heterogeneidade estrutural e da restrição externa.

1. Doutor em economia e técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Os principais documentos a serem analisados serão: *Orientação estratégica de governo*, do PPA 2004-2007 (Brasil, 2003); *Mensagem do presidente da República*, em particular *A estratégia de desenvolvimento para o período do PPA e as políticas públicas*, do PPA 2008-2011 (Brasil, 2007); e a *Dimensão estratégica da Mensagem presidencial*, do PPA 2012-2015 (Brasil, 2011).

O texto será organizado em três partes, além desta introdução. A seção 2 versará sobre os conceitos de heterogeneidade estrutural e restrição externa. Na seção 3 procurar-se-á investigar se e de que forma a heterogeneidade estrutural e a restrição externa compuseram o diagnóstico acerca do atraso econômico brasileiro. Por fim, na seção 4 constam as considerações finais.

2 NOTAS SOBRE OS CONCEITOS DE HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL E VULNERABILIDADE EXTERNA

Os termos heterogeneidade estrutural e restrição ou vulnerabilidade externa apresentam-se como peças centrais do diagnóstico e das proposições de políticas públicas formuladas pelo estruturalismo latino-americano no âmbito da Cepal.

É possível dizer que o estruturalismo apresenta quatro características distintas: *i*) o método histórico e estrutural; *ii*) a análise da integração internacional; *iii*) a análise de condicionamentos estruturais internos; *iv*) a análise da necessidade e da possibilidade de ação do Estado (Bielschowsky, 2000).

Desde o seu primeiro artigo, *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas*, em 1949, Prebisch (*apud* Bielschowsky, 2000) foi muito atento às conexões entre as estruturas sociais e produtivas, a integração internacional e o processo histórico de desenvolvimento.

A principal questão naquele trabalho era: quais são as possibilidades do desenvolvimento urbano-industrial nos países latino-americanos, considerando o modelo de crescimento primário-exportador anterior? A conclusão era que a transição para este novo padrão de desenvolvimento, chamado de orientado para dentro (ou *hacia adentro*), seria condicionada por estruturas institucionais e econômicas subdesenvolvidas, herdadas do período orientado para o exterior (ou *hacia afuera*), associada a três elementos fundamentais: *i*) integração internacional; *ii*) condicionamentos estruturais internos; e *iii*) ação do Estado. O primeiro mostra as conexões entre o desenvolvimento dos países e suas posições econômicas e políticas no mundo. O segundo revela a importância das estruturas institucionais, produtivas e distributivas na determinação da dinâmica econômica. O terceiro estabelece o Estado como o agente mais importante na promoção do desenvolvimento econômico por meio do planejamento.

Não por acaso, os PPAs brasileiros do período 2004-2015 procuraram resgatar essa centralidade do papel do Estado na promoção do desenvolvimento a partir de um diagnóstico e um conjunto de políticas públicas que estabelecia um diálogo entre as características e as implicações da integração internacional e as estruturas institucionais, produtivas e distributivas domésticas.

A integração internacional periférica é um conceito-chave no pensamento estruturalista. Em primeiro lugar, está relacionada à conexão entre estruturas produtivas e comércio internacional, e revelaria a existência de um padrão de desenvolvimento desigual original entre centro-periferia, cuja evolução está associada à difusão assimétrica do progresso técnico. No centro, o progresso técnico está espalhado pela maioria dos setores, enquanto na periferia é difundido apenas no setor primário, cuja produção é orientada para o exterior. Por sua vez, esse padrão conduz a uma estrutura produtiva diversificada e homogênea no centro e especializada e heterogênea na periferia, na medida em que os setores de exportação são avançados e os demais atrasados.

Quatro argumentos adicionais compõem a explicação da relação centro-periferia: *i*) a presença de sindicatos fortes e uma estrutura produtiva oligopolizada no centro, que dificulta a redução de salários e preços durante períodos de baixa atividade econômica ou recessões; *ii*) a existência de uma oferta de mão de obra ilimitada na agricultura subdesenvolvida periférica; *iii*) o limite da migração internacional de trabalhadores da periferia para o centro; *iv*) a existência de escalas mínimas de produção em alguns setores que, em comparação com pequenos mercados domésticos periféricos, dificultam seu desenvolvimento e reduzem ainda mais a produtividade.

De um modo geral, esses elementos condicionam as diferenças dos salários reais e dos preços entre o centro e a periferia, e dão origem a um dos conceitos mais importantes do estruturalismo, a saber, a deterioração dos termos de troca. Essa dicotomia internacional faz parte do regime de crescimento, tanto no centro quanto na periferia, mas também é um elemento importante para a compreensão dos ciclos, principalmente nos últimos. Esta é a razão pela qual os países periféricos são tão propensos a desequilíbrios no balanço de pagamentos e seu processo de desenvolvimento tão marcado pela restrição ou vulnerabilidade externa.

Todavia, os elementos previamente descritos são apenas parte do fenômeno do subdesenvolvimento. Sua compreensão plena só é possível quando a relação centro-periferia é combinada com os condicionamentos estruturais internos, que podem ser divididos em condicionamentos econômicos e sociais (ou institucionais).

No que diz respeito aos primeiros, a economia seria dividida em um grupo de setores de exportação com alta produtividade e outro grupo de setores orientados para o mercado doméstico com baixa produtividade. Além disso, apresentariam baixos níveis de complementaridade intersetorial e integração vertical (Bielschowsky, 2000; 2010). Esta característica interna dual implicava que, por um lado, as importações seriam restritas pelas exportações e divisas estrangeiras. Por outro lado, toda a economia seria marcada por baixa produtividade e incapaz de gerar altos níveis de superávit, poupança e investimento. Assim, o crescimento seria restringido por dois desequilíbrios ou hiatos: poupança e divisas.

As características demográficas, tecnológicas e institucionais do mercado de trabalho completam esse “modelo”. Por um lado, a oferta de mão de obra ilimitada seria derivada do contingente laboral agrícola e das tecnologias poupadoras de trabalho importadas do centro. Por outro, seria o resultado do mercado de trabalho extremamente competitivo e flexível, cuja regulamentação baseou-se em instituições muito precárias, quando existentes. Ambos, associados à baixa capacidade de absorção de força de trabalho nos setores de exportação e domésticos, explicariam o desemprego e o subemprego e reforçariam os baixos níveis de produtividade, superávit, poupança e investimento.

3 UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO CONTEÚDO DOS PPAS 2004-2015

Os PPAs do governo brasileiro durante o período 2004-2015 podem ser compreendidos, como se disse anteriormente, como uma tentativa de resgate da centralidade do papel do Estado na dinâmica econômica e social do país. Esse resgate parece assentar-se sobre um diagnóstico do modelo do subdesenvolvimento brasileiro que guarda estreita relação com o estruturalismo latino-americano, sintetizado na seção anterior, e, a partir dele, estabelece um conjunto de ações e medidas necessárias à sua superação.

A leitura cuidadosa dos documentos intitulados *Orientação estratégica de governo*, do PPA 2004-2007 (Brasil, 2003); *Mensagem do presidente da República*, em particular *A estratégia de*

desenvolvimento para o período do PPA e as políticas públicas, do PPA 2008-2011 (Brasil, 2007); e a *Dimensão estratégica da Mensagem presidencial*, do PPA 2012-2015 (Brasil, 2011), parece revelar, ainda que com graus e ênfases distintas, essa conexão. Pode-se dizer que eles representam um *continuum* do ponto de vista retórico com uma orientação normativa comum sobre a estratégia de desenvolvimento a ser perseguida e as políticas públicas a ela associadas.

Parece claro que a *Orientação estratégica de governo*, do PPA 2004-2007, estabelece o marco conceitual e o diagnóstico central do desenvolvimento de todo o período analisado. Naquele documento, o PPA é entendido como o canal por meio do qual o Estado retoma o leme da condução do desenvolvimento, porém agora com ampla participação da sociedade, cujos canais de participação democrática estender-se-iam para além da dimensão parlamentar. Logo em sua introdução, o documento afirma que:

para implantar esse projeto de desenvolvimento é preciso que o Estado tenha um papel decisivo, como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico. A ausência de um projeto de desenvolvimento resultou na falta de foco dos Planos Plurianuais precedentes (Brasil, 2003, p. 5).

A Orientação Estratégica de Governo é o instrumento que rege a formulação e a seleção dos programas que integram o PPA 2004-2007. Pela primeira vez na história do país foi construída de forma coletiva, com a participação direta da sociedade civil organizada e de todos os órgãos responsáveis pela implementação de políticas (Brasil, 2003, p. 3).

Na sequência, revela uma síntese de diagnósticos, consubstanciada na seguinte formulação:

o ponto de partida é a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo: inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; *redução da vulnerabilidade externa*[,] por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam esse crescimento sustentado; e valorização da identidade e da diversidade cultural, fortalecimento da cidadania e da democracia (Brasil, 2003, p. 3, grifos do autor).

E complementa esta síntese com a identificação dos principais problemas a serem combatidos:

os problemas fundamentais a serem enfrentados são a concentração social e espacial da renda e da riqueza, a pobreza e a exclusão social, o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania, a degradação ambiental, a baixa criação de emprego e as *barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos* da grande maioria das famílias trabalhadoras (Brasil, 2003, p. 4, grifos do autor).

Essas evidências sugerem um paralelismo normativo entre a retórica do documento e o estruturalismo latino-americano discutido anteriormente. Ainda que o termo heterogeneidade estrutural não esteja presente naquele texto ou em qualquer outro, as conexões entre distribuição assimétrica da produtividade, concentração espacial e social da renda, por um lado, e vulnerabilidade externa, por outro, parecem validar a hipótese preliminar desse trabalho de que o arcabouço normativo das políticas de desenvolvimento no Brasil no período recente foi parcialmente orientado para minimizar a heterogeneidade estrutural e a restrição externa.

Outro aspecto importante a salientar sobre a orientação normativa do discurso governamental do período diz respeito à sua relação aparente com o pensamento heterodoxo contemporâneo, em particular com a tradição pós-keynesiana. Este fato, porém, antes de negar ou contradizer de

alguma forma a vinculação ideacional desse discurso com o estruturalismo latino-americano, o reforça na medida em que os nexos e a compatibilidade entre o estruturalismo e a tradição pós-keynesiana parecem fortes, como bem observado por Caldentey (2016).

Desse ponto de vista, a descrição dessa dinâmica do crescimento está inscrita nos mecanismos de causação circular de Myrdal e Kaldor, e parece ser uma expressão literária de alguns modelos de crescimentos pós-keynesianos que conecta, por um lado, a melhora da distribuição de renda ao aumento da demanda agregada, e estes ao crescimento da produtividade, da competitividade e à redução da vulnerabilidade externa, por outro. O extrato a seguir expressa essa perspectiva.

O crescimento via consumo de massa sustenta-se em grandes ganhos de produtividade, associados ao tamanho do mercado interno; aos ganhos de eficiência por escala derivados da conquista de mercados externos resultantes dos benefícios da escala doméstica; e aos ganhos derivados do processo de aprendizado e de inovação que acompanham os investimentos em expansão da produção de bens de consumo de massa pelos setores modernos.

Com os ganhos de produtividade, gera-se o excedente que, em certa medida, pode traduzir-se em maiores rendimentos das famílias trabalhadoras, por meio da redução nos preços dos bens e serviços de consumo de massa, da elevação salarial e da elevação da arrecadação fiscal que pode ser destinada a gastos sociais.

Se os mecanismos de transmissão do aumento de produtividade ao poder aquisitivo das famílias trabalhadoras funcionarem a contento, pode-se estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras/ampliação da base de consumo de massa/investimentos/aumento da produtividade e da competitividade/aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras – ou, em resumo, um círculo virtuoso entre rendimentos das famílias trabalhadoras e investimentos.

Uma das virtudes do modelo de crescimento por consumo de massa é seu efeito positivo sobre o balanço de pagamentos, devido ao impacto dos ganhos de produtividade sobre a competitividade tanto das exportações quanto da produção para o mercado interno que compete com importações. O balanço de pagamentos poderá beneficiar-se também pelo fato de que, devido ao peso de alimentos, construção residencial, saúde e escola em seu orçamento familiar, a cesta de consumo das famílias de menor renda é relativamente pouco intensiva em importações (Brasil, 2003, p. 6-7).

Como se verá adiante, este discurso normativo será ratificado em todos os PPAs até o último governo do Partido dos Trabalhadores (PT), condicionando com maior ou menor intensidade parte das políticas públicas de desenvolvimento produtivo.

No PPA 2008-2011, a estratégia de desenvolvimento baseada no consumo de massas, assim como o diagnóstico do subdesenvolvimento associado a ela, é reafirmada integralmente. A mensagem presidencial desse documento ratifica o compromisso do novo governo com um Brasil justo, pujante e soberano, e afirma que:

coerente com esse compromisso, o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 articula e integra as principais políticas públicas para o alcance dos objetivos de governo e dá continuidade à estratégia de desenvolvimento de longo prazo inaugurada no PPA 2004-2007.

A sinergia resultante de tais políticas é, simultaneamente, pressuposto e resultado de uma estratégia de desenvolvimento que opera com base na incorporação progressiva das famílias no mercado consumidor das empresas modernas. O aumento da demanda por produtos dos setores modernos da economia amplia a utilização da capacidade já existente e estimula maiores investimentos em bens de capital e

inovação, que[,] por sua vez[,] conduzem a ganhos de produtividade e competitividade das empresas, ampliando espaço para as exportações. A elevação da produtividade gera maiores lucros e tende a beneficiar as famílias com aumento dos rendimentos auferidos do trabalho. Esses rendimentos se convertem em consumo continuamente ampliado, que mobiliza as forças produtivas para a expansão dos investimentos e o progresso técnico, caracterizando um círculo virtuoso capaz de promover o crescimento com inclusão social e distribuição de renda (Brasil, 2007, p. 11-12).

Todavia, uma vez passados quatro anos de governo, implementadas diversas políticas concernentes à estratégia proposta e diante de novos desafios impostos tanto no *front* interno quanto externo, algumas diferenças chamam a atenção. A primeira diz respeito à menor ênfase na redução da vulnerabilidade externa, fato que se verifica claramente na leitura do texto, mas sobretudo a partir da incidência desse termo e de expressões associadas, constatada na análise lexicométrica (tabela 1). A segunda refere-se ao maior peso conferido à educação e à inovação tecnológica, fato consubstanciado na menção ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e às políticas a ele relacionadas. Por fim, e talvez mais importante, grande ênfase é dada às ações governamentais voltadas para a melhoria da infraestrutura, quase todas vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, na verdade, passa a dominar todo o PPA.

TABELA 1
Análise lexicométrica

Termos dos PPAs	2004-2007	2008-2011	2012-2015
Salário	19	35	39
Desigualdade	56	54	70
Desigualdade salarial	1	0	0
Diferença	6	4	17
Concentração	5	5	21
Distribuição	20	36	36
Produtividade	31	19	20
Setor	54	106	219
Vulnerabilidade externa	12	2	4
Dependência externa	1	1	0
Dependência de financiamento externo	2	0	0
Balanço de pagamentos	5	1	1
Competitividade	16	32	32

Fonte: PPAs 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015.
Elaboração do autor.

O PPA 2012-2015 parece reiterar os elementos discursivos atinentes à justiça, à democracia e à soberania. No entanto, três elementos diferenciam sua mensagem presidencial das anteriores: *i*) a explicitação de uma metodologia clara de planejamento; *ii*) a presença de um diagnóstico relativamente longo e abrangente da trajetória brasileira recente; *iii*) a apresentação das políticas, seus objetivos, volume de gastos e fontes de financiamento. Em todos os casos, parecem o reflexo do amadurecimento e da profissionalização do PPA, pelo menos do ponto de vista formal. Além disso, nota-se claramente uma reflexão mais bem elaborada sobre a posição do Brasil no mundo e uma tentativa de maior diálogo com a comunidade internacional. Tendo em vista a crise financeira internacional em 2008 (ocorrida após a elaboração do PPA 2008-2011), seus efeitos duradouros e a constatação da importância da

presença da China no mundo em geral, mas na América do Sul em particular, o novo documento, não por acaso, retoma a discussão da inserção internacional brasileira e parece subordinar boa parte de sua estratégia de desenvolvimento ao enfrentamento dessas questões.

Todas essas questões, assim como a ênfase do papel do Estado na condução do desenvolvimento, colocam-se desde o início.

O Brasil que se vislumbra para as próximas décadas já vem sendo construído, sobretudo nos últimos 8 anos: um país que elegeu um projeto de desenvolvimento inclusivo com políticas públicas de transferência de renda, intensificação da extensão e do alcance dos programas sociais e constantes aumentos reais do salário mínimo.

Utilizaram-se, ainda, instrumentos de geração de emprego e renda com vistas à ampliação de um mercado de consumo de massa, trazendo maior autonomia ao nosso processo de desenvolvimento com a expansão do mercado interno. Como outro fator de incentivo ao crescimento econômico e à expansão do mercado de trabalho, os investimentos públicos foram retomados, sobretudo em infraestrutura, a exemplo do verificado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Estes investimentos públicos reduziram os entraves para o desenvolvimento sustentável ao induzir o investimento produtivo privado e contribuir para a geração de empregos para os mais variados níveis de qualificação da força de trabalho, reforçando o dinamismo de nossa economia.

No campo internacional está em curso uma estratégia de inserção soberana do país como uma nação democrática, ciente de sua importância como potência emergente, de seu papel de protagonista na economia da América Latina e de país que implementa um novo paradigma de relacionamento com países menos desenvolvidos (Brasil, 2011, p. 15).

O peso do cenário externo e a subordinação das políticas públicas a ele se manifestam com maior contundência na sequência do documento, ao afirmar que:

a segunda década do século XXI se inicia com profundas alterações no contexto econômico internacional, que apresenta duas tendências significativas: a presença da China com uma posição de protagonismo na economia global e a crise financeira mundial que provocou desaceleração das atividades econômicas nas economias desenvolvidas.

O novo ambiente internacional de acirramento da concorrência por mercados com maiores perspectivas de expansão se apresenta, portanto, como um desafio importante para a economia brasileira manter sua trajetória de crescimento ao longo do período do PPA 2012-2015. Assim, o novo cenário internacional requer a adoção de políticas que elevem a competitividade da economia brasileira e possibilitem uma inserção ativa do país na economia mundial. Neste contexto, destaca-se a importância da política industrial – Plano Brasil Maior – para fortalecer as cadeias produtivas e fomentar a inovação tecnológica como forma de agregar valor aos produtos exportados e elevar a participação do país nos mercados mundiais mais dinâmicos. Ademais, diante da perspectiva de um contexto econômico internacional de restrições ao comércio e acirramento da concorrência, cresce a importância do mercado doméstico como fonte de preservação do dinamismo (Brasil, 2011, p. 20-21).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou mostrar a relação entre o conteúdo normativo do diagnóstico e da estratégia de desenvolvimento do governo brasileiro entre 2003 e 2014 e as noções de heterogeneidade estrutural e restrição externa.

Ao longo do trabalho foi possível mostrar que, ainda que em versões operacionais e adaptadas ao contexto histórico e institucional brasileiro, esses conceitos, emprestados do estruturalismo cepalino, parecem ter tido um peso significativo nas intenções e ações dos governos brasileiros no período recente.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Santiago: SigloVeintiuno Editores; Cepal, 2000. v. 1 e 2.

_____. **Sesenta años de la Cepal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010. v. 1 e 2.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**. Brasília: MP, 2003.

_____. _____. _____. **Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília: MP, 2007.

_____. _____. _____. **Plano Plurianual 2012-2015**. Brasília: MP, 2011.

CALDENTEY, E. P. A time to reflect on opportunities for debate and dialogue between (neo) structuralism and heterodox schools of thought Esteban. *In*: BARCENAS, A.; PRADO, A. (Eds.). **Neostructuralism and heterodox thinking in Latin America and the Caribbean in the early twenty-first century**. Santiago: Cepal, 2016.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Estudo econômico da América Latina**. Santiago: Cepal, 1949.

_____. **La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir**. Santiago: Cepal, 2010.

_____. **Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo**. Santiago: Cepal, 2012.

_____. **Pactos para la igualdad: hacia un futuro sostenible**. Santiago: Cepal, 2014.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.